



EDITORIAL

Gostaríamos de iniciar o anúncio da publicação do número 73 da Revista HISTEDBR Online fazendo alusão “**A Revolução Russa e a Educação**”, pois ainda que seja do conhecimento de grande parte da população letrada, nunca é demais repetir que este ano de 2017 é o centenário de um evento histórico que constitui um marco na superação do modo de produção capitalista: a Revolução Russa.

No campo do marxismo foram vários os registros sobre a importância da Revolução de Outubro de 1917, mas apenas iremos lembrar os termos lavrados por Eric Hobsbawm, em seu *A Era dos Extremos* (2003): a Revolução Russa foi um fato fundamental para história do Século XX, tal qual o foi a Revolução Francesa para demarcar o fim do antigo regime e a vitória política da burguesia revolucionária. Para o autor, o Breve Século XX nasceu sob a égide da Revolução em escala mundial, sendo a Revolução Russa uma filha diletta dessas revoluções, transformando uma sociedade local e feudalizada em uma superpotência mundial (2003, p. 61). A revolução de outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo (idem, p. 72) e foi fonte inspiradora de uma onda de rebeliões em todo mundo, colocando na ordem do dia a possibilidade de construção de uma sociedade sem classes, sem opressão, sem desigualdades e sem injustiça (idem, p. 78). Por isso inspirou muitos movimentos revolucionários por todo o mundo, como as guerrilhas, as insurreições, a descolonização de países que, ainda no século XX, estavam dominados por impérios coloniais.

Em uma era de profundas contradições, enquanto a revolução bolchevique impulsionava politicamente o movimento proletário internacional, reorganizando na Rússia a produção e o pleno desenvolvimento econômico, o capitalismo desmoronava em profunda e grave crise estrutural. Hobsbawm testemunhou que, enquanto o mundo capitalista vivia profunda depressão, um país que havia rompido clamorosamente com o capitalismo, parecia imune à crise estrutural (p. 100), surgindo o regime soviético como uma alternativa de economia racional e planejada face ao fracasso das democracias liberais e à política do *laissez faire*.

É esse entendimento que desejamos registrar na Revista HISTEDBR Online sobre a importância da Revolução Russa para a história da humanidade: foi um marco fundamental da construção de uma sociedade socialista para o proletariado, pois:

[...] pela primeira vez na história o problema da construção de uma sociedade socialista deixou de ser abstrato. Como a União Soviética permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial como o único Estado dirigido por marxista, a



discussão deste problema se referia predominantemente àquele país ou se desenvolvia em torno dele. E esta discussão continuou por muito tempo a ser dominada pela experiência soviética, estando ainda em grande parte ancorada naqueles mesmos termos, uma vez que os esforços subsequentes para construir o socialismo se modelaram segundo o exemplo da URSS como ponto de referência essencial. (HOBBSAWM, 1985, p.16).

Com certeza essa não é a única posição sobre a Revolução Bolchevique, posto que os 100 anos da Revolução ensejam muitos debates, manifestações e publicações que registram as várias posições ideológicas, historiográficas e políticas sobre o tema. A direita e a esquerda ultrarradicais não deixaram o tema passar despercebido, quer para criticá-lo e se possível destruir a memória da Revolução de Outubro, ou quer para enaltecê-lo, no limite apontando que se tratou de uma Revolução inconclusa e que apenas implementou um tipo de socialismo real que não foi suficiente para alavancar transformações estruturais que levassem ao comunismo.

No embalo da atual onda conservadora e contrarrevolucionária, a burguesia tem procurado aproveitar o momento para dar continuidade a sua obcecada explicação ao fato do proletariado ter se apossado do poder de Estado, declarar abolida a “ordem natural das coisas” e expropriar as “pessoas de bem”. Para essa tarefa se juntam seus ideólogos, mas também os que, professando posicionar-se à esquerda, alavancam a revisão historiográfica sobre a Revolução de Outubro, embalados pelas diferentes vertentes novidadeiras (e vinculadas à Nova História) e por um ultra pseudo-esquerdismo. Deixando de analisar os processos realmente ocorridos na história, buscando entender suas bases materiais e processuais, acabam endossando a interpretação que a Revolução não passou de um equívoco político e que resultou na burocratização dos ocupantes da máquina do Estado e a implantação de um regime sanguinário e de terror, particularmente sob Stálin. Liberais e socialistas hiper-críticos retomam sem vacilação as invenções ideológicas que, outrora, só os escribas da extrema-direita se aventuravam em escrever.

A crítica retoma na contemporaneidade, sob novas vestes novidadeiras, portanto, os mesmos argumentos do passado: Outubro foi uma “contra-revolução”, os bolcheviques “assaltaram o poder a golpe”, eram “burocratas cruéis e sem imaginação, demagogos irresponsáveis que mergulharam a Rússia numa nova idade das trevas”; os soviets não passavam de “estúpida organização corporativa”, “os soviets não tinham legitimidade”, “os bolcheviques estavam lá em minoria”, pois “o governo de Kerensky era apoiado pela maioria da população”; “Lenine esmagou os partidos democráticos graças à organização militarizada do Partido Bolchevique”, dissolveu pela força a Assembleia Constituinte “por ter medo da vontade do povo”; Lenine “começou por prometer ‘todo o poder aos soviets’ para iludir os trabalhadores, mas depois confiscou todo o poder para o seu partido único”; e ainda que esmagou a comuna de Cronstadt e “lançou a Rússia no caos e na anarquia”, lembrando que Kautsky corretamente “avisou que a chamada ‘revolução socialista’ não passava de uma



aventura totalitária”, etc, etc.

Entendemos que essa luta ideológica, reprodução no plano das ideias da luta de classes, é um mecanismo caracteristicamente burguês para consolidar, no plano ideológico, suas vitórias políticas. Por isso é que a burguesia tem que riscar, fazer desaparecer da História, esse momento fatídico em que operários e soldados em armas derrubaram um governo do capital e declararam abolida a propriedade privada e instalando um governo dos trabalhadores. Desde seu início não foi um processo pacífico, gerando ao longo do tempo uma ferrenha oposição, financiada pelo capitalismo internacional, levando a Rússia Revolucionária e, posteriormente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ao enfrentamento de uma guerra interna e externa.

A comemoração dos 100 anos da Revolução Russa também tem ensejado muitos eventos e publicações, inclusive no campo da educação, com o debate e a publicação de obras dos pedagogos revolucionários, bem como das características do sistema educacional implementado com a revolução socialista. Também nós do HISTEDBR realizamos a XIV Jornada do grupo com tema “Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa”, ocorrida entre os dias 03 a 05 de maio de 2017 no campus da Unioeste em Foz do Iguaçu/PR, já disponibilizando a versão impressa do livro *Pedagogia Histórico-Crítica e Revolução: 100 anos da Revolução Russa*, organizado pelos professores Paulino José Orso, Julia Malanchen e André Paulo Castanha, uma coedição da Editora Navegando e a Editora Autores Associados, através do Armazém do Ipê (2017). Neste momento está em finalização a edição revista e ampliada do livro em formato ebook.

Isto posto, na publicação deste número da Revista HISTEDBR Online damos sequência ao nosso compromisso de socialização do conhecimento e do pensamento crítico, publicando uma variedade de temáticas, períodos históricos da educação brasileira e de autores(as) vinculados(as) as diversas instituições escolares de ensino básico, profissional e superior, nacionais e internacionais, conforme a lista, a seguir: Universidade de Lisboa – Portugal, IF de Farroupilha e São Paulo, FACEN, FEMA, SESI, Secretaria de Educação do Ceará, Rede Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, UNICAMP, UECE, UERJ, UFSCar, UFRN, UFSC, UFMA, UNESP/Rio Claro.

Iniciamos a seção de artigos com o texto de Justino Magalhães com o título “Rito escolar – perspectiva histórico-pedagógica”, no qual o autor apresenta uma genealogia e uma reiteração do rito escolar em que a criança é submetida nas instituições educacionais. O autor fundamenta esse rito como inerente à formação da pessoa humana e integrada a instituição educativa.

Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Junior em “A última reforma da educação soviética”, discutem o texto da última reforma educacional realizada pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), que passou a vigorar em abril de 1984, um ano antes do



governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) implementar a sua reforma econômica (*perestroika*) e política (*glasnost*) nos âmbitos do Estado e da sociedade soviéticas.

Com o título “Análise das disciplinas para a formação do cidadão republicano: o caso do grupo escolar Barão de Mipibu – RN (1909-1920)”, Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz e Maria Inês Sucupira Stamatto analisam como as disciplinas ensinadas nos Grupos Escolares contribuíram para a formação do cidadão republicano norte-rio-grandense, para tanto consubstanciadas em Chervel (1988), Le Goff (1994) e Castoriadis (1982) debruçaram-se sobre o exemplo do Grupo Escolar Barão do Mipibu, no período de 1909 a 1920.

Sandra Luciana Dalmagro em “História da escola no movimento dos trabalhadores rurais sem terra” discute a experiência com educação escolar desenvolvida no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A autora formula cinco momentos para a história da escola no âmbito desse Movimento Social, são eles: 1) de 1979 a 1991 - “constituição da questão escolar”; 2) de 1992 a 1995 - “consolidação da proposta de escola”; 3) de 1996 a 2000 - “da escola à educação no MST”; 4) de 2001 a 2006 - “massificação e ‘crise’ da escola”; e 5) de 2007 a 2016 - “retomada das elaborações sobre escola: radicalização na concepção, recuo nas lutas”.

Com o título “Análise das bases filosóficas dos pressupostos teóricos presentes nas propostas do movimento ‘por uma educação do campo’”, Luiz Bezerra Neto e Junior Cesar Luna analisam, a partir do materialismo histórico e dialético, as bases filosóficas dos pressupostos teóricos presentes nas propostas do movimento “por uma Educação do Campo”.

Karla Raphaella Costa Pereira e Frederico Jorge Ferreira Costa em “Estética, marxismo e educação: um diálogo necessário à contemporaneidade” discutem a importância da teoria estética e literária lukacsiana para os estudos contemporâneos acerca do papel da arte e da literatura, segundo os autores o professor de literatura pode ter sua práxis educativo/formativa enriquecida por estes conhecimentos.

Mara Regina Martins Jacomeli, Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão e Leandro Sartori Gonçalves socializam o artigo “Educação integral do homem e a política educacional brasileira: limites e contradições”, no qual inventariam os principais traços das políticas de educação integral no Brasil, pensando suas concepções, seus limites e contradições. Os autores denunciam o apagamento dos referências clássicos de formação humana nas propostas de formação integral das políticas educacionais brasileiras.

Com o título “A educação escolar e a formação humana em tempos de neoliberalismo: reflexões sobre a formação do professor”, Leonardo José Pinho Coimbra e Ana Paula Ribeiro de Sousa analisam a formação humana e, mais especificamente, a formação dos professores no contexto da sociedade capitalista neoliberal. Segundo os autores, o tecnicismo pedagógico e as políticas atuais para formação de professores no Brasil trouxeram uma série



de novos desafios que precisam ser enfrentados se quisermos construir uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Fabiana de Cássia Rodrigues e Luciana Cristina Salvatti Coutinho em “Apontamentos sobre educação e trabalho no Brasil contemporâneo: aspectos da contrarreforma educacional” articulam as temáticas trabalho e educação. Segundo as autoras, as diretrizes educacionais formuladas pelos organismos multilaterais são coetâneas com as transformações na estrutura ocupacional brasileira, as quais materializadas em políticas e/ou ações no âmbito educacional, como: a Base Nacional Comum Curricular; as Novas Diretrizes para Formação de Professores; e o Projeto Escola Sem Partido; são aspectos de um de um projeto maior que visa o esvaziamento da escola e da formação de professores de conhecimentos científicos e político-culturais, contrariando assim as reivindicações educacionais presentes nas lutas pela redemocratização nos anos de 1980, com isso, constituem-se como um movimento de contrarreforma.

Ivone Rodrigues dos Santos e Régis Henrique dos Reis Silva no artigo “Crítica às políticas de (con)formação docente em educação especial/inclusiva no Brasil”, com base nos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural, propõem-se a examinar as (im)possibilidades das políticas educacionais, no tocante a (con)formação de professores que atuam no campo da Educação Especial/Inclusiva no Brasil.

Com o título “A gestão empresarial da rede estadual de educação de São Paulo: o papel da tríade ideológica eficiência, produtividade e neutralidade”, Marcos Roberto Lima, Jeferson Anibal Gonzalez e José Claudinei Lombardi refletem sobre a gestão empresarial da educação pública no Estado de São Paulo, a partir de dois projetos, a saber: a reorganização escolar proposta pelo governador Geraldo Alckmin e o Projeto de Lei Nº 1.301/2015. Segundo os autores, no campo educacional, a implementação da gerência empresarial das escolas públicas faz a adequação dos “negócios educacionais” aos objetivos gerais do capitalismo, por meio do discurso da eficiência, produtividade, supostamente fundamentadas na neutralidade das intenções.

Larissa Quachio Costa em “O lema “aprender a aprender” no ensino de literatura: precisas implicações no processo de formação humana” elabora algumas reflexões acerca da influência do lema “aprender a aprender” no campo do ensino da Língua Portuguesa e, portanto, de Literatura, e suas implicações para o processo de desenvolvimento humano.

Mário José Puhl e Alexandre José Krul no artigo “A possibilidade democrática das políticas educacionais” aborda a temática da instituição e da efetivação da educação compreendida como uma política pública de caráter social, através da participação dos indivíduos e da sociedade nos diferentes espaços públicos articuladores desta ação.



O último artigo é de autoria de Janice Raquel Sança Gomes e Manoel Nelito Matheus Nascimento, tem como título “O instituto universitário de educação e os desafios da universitarização no contexto das reformas educacionais em cabo verde”, e nele os autores discutem sobre as repercussões do processo de universitarização na formação de professores cabo-verdianos do Ensino Básico (em sua maioria com uma única formação de nível médio), após a frequência de um curso de complemento de licenciatura no Instituto Universitário de Educação daquele país.

Além dos artigos, duas resenhas estão publicadas: uma escrita por William Robson Cazavechia e Cézár de Alencar Arnaut de Toledo com o título “nós ainda amamos o capital?”. E a outra, por Lalo Watanabe Minto, denominada “intelectuais no mundo Capes: heteronomia, razão mercantil e perda de sentido”.

Oportunamente, gostaríamos de informar que no mês de dezembro a Revista está sendo reaberta para novas submissões, nesse sentido chamamos a atenção dos(as) autores(as) para observarem as novas “Diretrizes para Autores” no momento em que forem submeter seus(uas) artigos e/ou resenhas.

Em tempo, informamos que desde o número 72, a Revista conta a participação da professora Fabiana de Cássia Rodrigues (Unicamp) na equipe de editoração científica da HISTEDBR Online na condição de editora.

Agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na organização deste número da Revista.

Por fim, em vista do material apresentado nesta edição, esperamos que a Revista HISTEDBR Online possa contribuir para o debate e a difusão do conhecimento sobre a realidade educacional brasileira e internacional em uma perspectiva histórica e crítica, especialmente em tempos como os atuais em que a ignorância e as práticas autoritárias avançam, procurando silenciar o contraditório e tentando alavancar o pensamento único.

Boa leitura!

José Claudinei Lombardi

Coordenador Executivo do HISTEDBR.

Régis Henrique dos Reis Silva.

Editor Científico da Revista HISTEDBR Online.